

Relatório sobre os atos secretos isenta Mesa e culpa ex-diretores

Comissão instituída para identificar responsáveis pelos chamados atos secretos chegou à conclusão de que competência para publicar as decisões administrativas não era da Mesa do Senado, e sim do diretor-geral e do diretor da Secretaria de Recursos Humanos. Análise dos documentos revelou que atos não publicados tratam de "temas corriqueiros" e que não há "sequer dúvida quanto à legalidade dos respectivos conteúdos". **3**



Senadores, em audiência conjunta da CRE e da CCT, avaliam propostas de fabricantes de caças suecos e franceses

Suécia quer parceria e França promete transferir tecnologia

As comissões de Ciência e Tecnologia e de Relações Exteriores ouviram argumentos dos fabricantes em favor dos caças suecos Gripen NG e dos franceses Rafale, concorrentes na licitação para reequipar a Força Aérea Brasileira. O secretário de Defesa da Suécia ofereceu não apenas a transferência de tecnologia, mas o "desenvolvimento conjunto de aviões de combate do futuro", enquanto representante do presidente francês disse que peças do Rafale podem ser produzidas no Brasil por empresas nacionais e depois exportadas para a França. **5**



Presidente da Saab (E), secretário de Defesa da Suécia, Flexa Ribeiro, Azeredo e chefe de assuntos militares sueco

Relatórios se opõem sobre ingresso da Venezuela no Mercosul

Comissão de Relações Exteriores marcou para o dia 29 votação do protocolo de adesão do país ao bloco. O relator, Tasso Jereissati, apresentou parecer contrário ao ingresso dos venezuelanos, aludindo ao "desmonte das liberdades democráticas" no país. O líder do governo, Romero Jucá, anunciou a apresentação de voto em separado, favorável à participação da Venezuela no Mercado Comum do Sul. **4**



Jereissati conclui que ações de Hugo Chávez não favorecem a integração



Chefe do estado-maior particular do presidente da França, Gillaud (2º à esq.) acena com "parceria estratégica" com o Brasil

Pesquisa mostra importância da internet nas eleições

De acordo com o DataSenado, rede mundial de computadores só perde para a TV como fonte de informação sobre política. **7**

Comissão debate estímulo a fontes alternativas de energia

Regime de tributação especial pode beneficiar produtores e consumidores, de acordo com proposta em debate. **8**

Na homenagem ao idoso, apelo em favor de propostas

Paim cobra da Câmara votação de projetos em favor de idosos e Mário Couto sugere CPI para a Previdência Social. **2**

Senadores ressaltam a importância da aprovação de projetos que garantam o reajuste das aposentadorias e destacam que população brasileira está envelhecendo

Sessões para lembrar Dia do Idoso não bastam, diz Paim

O SENADOR PAULO Paim (PT-RS) disse que “não adianta nada” a Câmara e o Senado realizarem sessões em comemoração ao Dia do Idoso, se não votarem as matérias que podem beneficiar esse segmento da população. Ele discursou em Plenário para lembrar a data, celebrada ontem, e cobrar da Câmara a votação de projetos já aprovados pelo Senado.

Paim citou três propostas que estão na Câmara. Uma delas extingue a aplicação do fator previdenciário no cálculo das aposentadorias, o que, em sua opinião, vai garantir a aposentadoria integral aos idosos. Outra garante às aposentadorias o mesmo índice de reajuste do salário mínimo. A terceira prevê a recomposição das aposentadorias, equiparando-as ao mesmo número de salários mínimos da data de sua concessão.

O senador comentou a notícia



Paim cobrou da Câmara a votação de projetos que protegem a aposentadoria

de que os deputados não estariam propensos a votar essas matérias.

– Não estou acreditando que a Câmara vai fazer isso. Acho que é um suicídio para os deputados, que não terão como explicar porque não votaram nem a paridade com o salário mínimo nem o fim do fator. Estou acreditando que vão votar.

O parlamentar, autor do Es-

tatuto do Idoso, sancionado em 2003, pediu que a sociedade lute pela aplicação integral da legislação, que preceitua, entre outras ações, preferência aos idosos no julgamento de processos judiciais e no atendimento em hospitais e bancos, além da gratuidade de transporte público, inclusive interestadual.

Paim observou que, mesmo depois de sete anos de vigência do estatuto, vários idosos não têm ainda consciência dos direitos que estão garantidos e apelou para que os órgãos públicos auxiliem na divulgação do texto legal.

O senador ressaltou ainda que a população brasileira está envelhecendo.

– A geração jovem de hoje tem que entender que vai envelhecer amanhã. As políticas que adotarmos neste momento é que vão garantir para eles a aposentadoria integral e uma vida digna.



O Brasil já conta com 23 milhões de pessoas com mais de 60 anos de idade, destaca Sadi Cassol

Sadi lembra que data era comemorada em setembro

Sadi Cassol (PT-TO) prestou homenagem aos idosos brasileiros, ao registrar a passagem o Dia Nacional e Internacional do Idoso, comemorado em 1º de outubro.

Segundo o senador, a data que era comemorada nacionalmente há mais de 40 anos em 27 de setembro, foi mudada por decisão da Câmara dos Deputados para o primeiro dia de outubro para coincidir com o dia internacional.

Sadi Cassol salientou que o Brasil já conta com 23 milhões de pessoas com mais de 60 anos de idade e, para ele, o país possui as melhores e mais avançadas leis sobre direitos do idoso. Ele lembrou que o Estatuto do Idoso completou ontem seis anos de existência. O senador alertou para a importância de todos lutarem para que o estatuto e as outras leis sejam respeitadas e cumpridas integralmente.

– Precisamos lutar com todas as armas para que o segmento idoso seja resgatado e reintegrado à família, à comunidade e à sociedade. Os idosos têm muita pressa, não podem esperar mais. Isso por razões óbvias. O tempo está passando. A sociedade está começando a tomar conhecimento da presença em seu meio das pessoas envelhecidas – afirmou.

Deputados retiram assinaturas e impedem CPI

A retirada das assinaturas de 45 deputados do requerimento de CPI mista destinada a investigar denúncias de repasses irregulares de recursos do governo federal ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) impediu a instalação da comissão.

No total, foram contabilizados 168 nomes de deputados.

Para se instalar a CPI, seriam necessárias pelo menos 171 assinaturas na Câmara e 27 no Senado. Não houve desistências entre os 36 senadores que assinaram o documento.

O requerimento de instalação chegou a ser lido em sessão do Congresso na terça-feira, quando ainda constavam 183 assinaturas de deputados. No

entanto, como o regimento permite desistências até a meia-noite do dia em que ocorre a leitura, houve tempo para as retiradas.

Os autores do requerimento para criação da CPI foram a senadora Kátia Abreu (TO) e os deputados federais Onyx Lorenzoni (RS) e Ronaldo Caiado (GO) – todos integrantes do DEM.



Mário Couto anuncia que apresentará requerimento de CPI para investigar denúncias de fraudes no INSS

Mário Couto propõe investigar Previdência

Mário Couto (PSDB-PA) anunciou que vai apresentar requerimento para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar supostas irregularidades na Previdência Social. O senador disse que iria começar, imediatamente, a colher assinaturas de apoio à criação da CPI.

– Quero que os senadores mostrem que não é o Senado que está contra os aposentados. Eu acho que os 81 senadores assinarão – disse.

O senador disse que o objetivo será apurar quais são as empresas que mais devem à Previdência Social; desvios de recursos da Previdência pelo governo para cobrir outras despesas; total da dívida da União para com o INSS; levantamento administrativo, eliminações, exclusões, quitações e parcelamento de débitos previdenciários; legalidade, autenticidade, veracidade das certidões negativas emitidas pelo INSS; e o montante real da dívida ativa e administrativa junto ao INSS, seus principais devedores e quais os procedimentos adotados para as cobranças judiciais.

Em apartes, Alvaro Dias (PSDB-PR) e Paulo Paim (PT-RS) concordaram com a proposta de Mário Couto.

Comissão começa a discutir marco regulatório do pré-sal

O marco regulatório do pré-sal será o tema da segunda etapa de uma série de audiências públicas que vem sendo promovidas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) às segundas-feiras, a partir das 18h. No dia 5, o primeiro painel discutirá o regime de partilha proposto pelo Executivo para a exploração da jazida petrolífera do pré-sal, que se estende na plataforma continental em uma faixa que vai do litoral do Espírito Santo a Santa Catarina.

Foram convidados para o debate o diretor de Produção

da Petrobras, Guilherme Estrella; o geólogo e ex-superintendente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) Ivan Simões Filho; o professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Edmar de Almeida; o secretário de Desenvolvimento do Rio de Janeiro, Julio Bueno; e a advogada

Marilda Rosado de Sá.

Até 9 de novembro, estão previstos outros três painéis sobre as demais propostas relacionadas ao pré-sal encaminhadas pelo Executivo ao Congresso Nacional: a criação da Petro-Sal; a instituição de um fundo social com recursos oriundos da exploração do petróleo; e a capitalização da Petrobras.

Na primeira fase de debates, encerrada em 29 de setembro, a CI realizou sete painéis sobre o tema “Infraestrutura para Inovação e Desenvolvimento”, com a participação de senadores e

de diversos especialistas. As matérias referentes às discussões podem ser encontradas nos arquivos da Agência Senado, em www.senado.gov.br/agencia.

A CI é presidida pelo senador Fernando Collor (PTB-AL). O vice-presidente do colegiado, que conta com 23 membros titulares, é o senador Eliseu Resende (DEM-MG).

Diretor de Produção da Petrobras, Guilherme Estrella será ouvido na segunda-feira

Camata defende castração química de pedófilos

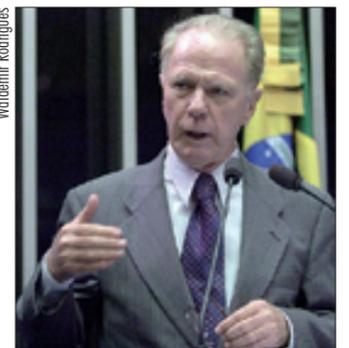
A castração química dos condenados por pedofilia foi defendida por Gerson Camata (PMDB-ES). Autor do projeto que institui a medida, o senador argumentou que ela tem sido adotada “com cada vez mais frequência ao redor do mundo” para coibir a prática do abuso sexual de crianças e adolescentes.

Camata citou, por exemplo, o caso da Polônia, onde, segundo informou, condenados por pedofilia obrigatoriamente são submetidos à castração química após o cumprimento da pena.

Na República Tcheca, disse o senador, o procedimento químico é acompanhado da remoção das genitálias em casos de pedofilia e incesto.

– A castração química é também adotada por vários estados americanos e no Canadá, nos quais estudos indicam que, em mais de 90% dos casos, não houve reincidência – disse.

A castração química consiste num tratamento induzido por



Segundo Camata, a medida deve coibir exploração sexual de crianças

hormônios.

O projeto de Camata (PLS 552/07) recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatado por Marcelo Crivella (PRB-RJ), mas ainda deverá ser examinado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

No relatório, Crivella observa que o tratamento está em vias de ser implementado também para os casos de crimes sexuais na França e na Espanha.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Às 9h, a sessão é não deliberativa e destina-se a pronunciamentos de senadores. Entre os oradores inscritos, estão Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Romeu Tuma (PTB-SP).

Marconi defende fiscalização de tribunal em obras do PAC

O senador Marconi Perillo (PSDB-GO) defendeu ontem as fiscalizações realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em obras do governo federal incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em relatório sobre obras públicas executadas em 2008, o TCU recomenda a paralisação de 13 do total de 99 obras do PAC fiscalizadas. Em outras 17, do mesmo programa, o TCU encontrou indícios de irregularidades graves, mas determinou apenas a retenção de recursos e não a paralisação. O orçamento das obras embargadas alcança R\$ 7,38 bilhões.

– Diante de tantas denúncias, é preciso reforçar a importância do TCU no contexto da República, porque o esforço permanente dessa egrégia Corte tem resultado em economia no emprego do dinheiro público, no emprego dos recursos que, em última instância, pertencem ao povo e à nação brasileira.

Marconi Perillo lamentou a identificação, pelo TCU, de irre-



Esforço do TCU resulta em economia dos recursos públicos, diz Marconi

gularidades graves na execução das obras da Ferrovia Norte-Sul, o que justificaria a recomendação de paralisação ou retenção cautelar de recursos. O senador ressaltou a “importância extrema” da ferrovia para o desenvolvimento da infraestrutura no estado de Goiás.

Para Marconi Perillo, o que o governo Lula deve fazer, “em vez de criticar a ação do tribunal”, é avaliar, com a devida atenção, todas as recomendações feitas no relatório e respeitar a história e os serviços prestados pelo TCU.

Heráclito condena ministros por críticas a recomendação do TCU

Heráclito Fortes (DEM-PI) condenou ontem as manifestações do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que criticaram a recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) para que sejam paralisadas 13 obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) por apresentarem irregularidades graves.

Para Heráclito, o governo deveria ser o primeiro a valorizar a atuação do TCU, que, afirmou, não foi desrespeitado nem mesmo na ditadura militar.

– Todo mundo sabe que as fiscalizações e recomendações feitas pelo TCU são pedagógicas e benéficas para o país, pois preservam a lisura e a transparência na execução das obras públicas no Brasil – considerou Heráclito.

O senador citou, em particular, a forma irônica com a qual o ministro teria proposto que a data da Copa de 2014 – a ser realizada no Brasil – fosse transferida para 2020, já que



Para Heráclito, a fiscalização do tribunal de contas é pedagógica

algumas obras para o evento não estariam prontas por causa da recomendação do tribunal.

Sobre a ministra, Heráclito observou que suas primeiras declarações sobre o TCU foram comedidas, mas, agora, ela também estaria “fazendo coro” com Paulo Bernardo.

O parlamentar recomendou humildade a quem está no governo, lembrando que a maneira mais simples de coibir paralisações de obras é combater a corrupção dentro da concorrência pública.

Mão Santa lamenta postura de Dilma Rousseff e Paulo Bernardo

O senador Mão Santa (PSC-PI) lamentou ontem críticas feitas pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, à recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) de paralisação de 13 das 219 obras fiscalizadas pelo órgão em 2009, por motivos de irregularidades.

– Tem que paralisar mesmo. É roubo, é superfaturamento. O TCU tem é que ser fortalecido. Lamento que Dilma, uma candidata a presidente da República,

e esse Bernardo reajam dessa forma à atuação do tribunal – afirmou Mão Santa.

O parlamentar ressaltou que o trabalho realizado pelo TCU é eminentemente técnico e que não se pode fiscalizar obras públicas por critérios políticos e partidários. Mão Santa observou ainda que o TCU não tem condições de fiscalizar todas as obras realizadas no Brasil com recursos públicos e que, por essa razão, essas 219 obras com irregularidades graves representam apenas uma amostragem do total.

Trabalho final de comissão, com 47 páginas, isenta de culpa as Mesas diretoras do Senado de 1995 a 2009 pela não publicação de boletins administrativos

Relatório sobre atos secretos responsabiliza ex-diretores

A COMISSÃO DO Senado criada pelo presidente José Sarney para identificar os responsáveis pelos chamados “atos administrativos secretos” concluiu seus trabalhos na terça-feira passada, encaminhando relatório ao diretor-geral e ao presidente Sarney. O documento, com 47 páginas, responsabiliza pela não publicação dos boletins o ex-diretor-geral do Senado Agaciel Maia e o ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi e isenta de culpa as Mesas do Senado desde 1995 até 2009 – período investigado. Os dois ex-diretores respondem a processo administrativo disciplinar, que tem prazo de conclusão previsto para 7 de novembro próximo.

O trabalho final da comissão, composta por servidores do Senado de vários setores, é homologado pelo diretor-geral, Haroldo Tajra, e pelo advogado do Senado Luiz Augusto Geaquinto dos Santos. A comissão sustenta que a análise dos atos não publicados à época correta mostrou que se tratava de “temas corriqueiros” voltados, “em sua totalidade, à aplicação interna na própria administração do Senado” e não continha “sequer dúvida quanto à legalidade dos respectivos conteúdos”.

Diz ainda que “não se detectou qualquer caso de nepotismo ilegal ou outra irregularidade entre os servidores em atividade que haviam sido nomeados pelos atos veiculados em boletins administrativos não publicados, salvo os casos que já são objeto

de processos administrativos disciplinares”.

A comissão afirma que, no Senado, “a autoridade competente para a assinatura do ato não é necessariamente a mesma competente para determinar e operacionalizar a sua publicação. Assim quem determinava a publicação de um ato da Comissão Diretora ou de qualquer de seus membros eram o diretor-geral e o diretor da Secretaria de Recursos Humanos”.

“No Senado Federal, portanto, quando o presidente da Casa, seu 1º secretário ou qualquer outro membro da Mesa assina um ato administrativo, não pratica ele qualquer irregularidade se o ato não vier posteriormente a ser publicado, já que não é da sua competência adotar tal providência”, afirma o relatório.

Conforme a comissão, a falta de publicação “é um vício sanável”, relacionada a formalidades posteriores ao ato, “e a publicação corretiva impõe-se em atenção ao princípio da publicidade como instrumento do princípio republicano”. Lembra que “o saneamento se faz, assim, num primeiro momento, pela publicação dos atos, sem embargo da verificação posterior da existência de vícios materiais, desvios de finalidade ou outros motivos que teriam acarretado a não publicação”.

Após a descoberta dos “atos

secretos”, em maio passado, o Senado fez a publicação de todos eles e, posteriormente, o presidente do Senado assinou ato tornando-os nulos (663 atos). A seguir, a Diretoria-Geral passou a apreciar cada ato para verificar sua possível convalidação, manutenção de anulação e efeitos da anulação.

A comissão observa que a Mesa do Senado adotou medidas disciplinares legais assim que os fatos vieram a público pelos jornais, com a instalação de sindicâncias e processos administrativos disciplinares. Já as providências criminais e cíveis escapam à competência da Casa

legislativa. Lembra que o Ministério Público está apreciando o assunto e recomenda que o seu relatório seja encaminhado ao MP, para contribuir nas investigações. Observa também que a Polícia do Senado abriu inquérito para apurar a veracidade da assinatura de autoridade que consta em três dos “atos secretos”, a qual foi negada.

Ao final, a comissão afirma que a cobrança na Justiça de eventuais prejuízos materiais dos “atos secretos” será adotada à medida que eles forem identificados. Entretanto, diz, até agora não foram identificados prejuízos materiais passíveis de indenização, salvo os fatos *sub judice* nos processos administrativos disciplinares.

Os dois ex-diretores respondem a processo administrativo e disciplinar



Octavio Caldas Netto (E), Wilmar da Costa Braga, Valter Pereira, Dorival Renato Pavan e Luiz Carlos Nóbrega Nelson

Especialistas defendem modernização do Código

O representante da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), Luiz Carlos Nóbrega Nelson, defendeu a modernização do Código de Processo Penal (CPP). Para o delegado, porém, que falou ontem à comissão temporária do Senado encarregada do tema, há pontos controversos no projeto de lei (PLS 157/09) de reforma do CPP.

Segundo ele, o texto tiraria do delegado a possibilidade de emitir juízo de valor no âmbito do inquérito policial, quando, a seu ver, tal faculdade deveria ser ampliada. A lembrar que mais de 90% dos servidores da Polícia Federal ingressaram em seus quadros após a Constituição

de 1988, Luiz Carlos reafirmou o compromisso da corporação com a democracia e com a defesa dos direitos do cidadão.

Já o senador Valter Pereira (PMDB-MS), relator-parcial do projeto, disse que o novo CPP não deve ser mais um instrumento a gerar impunidade. De acordo com pesquisa realizada em 2008 pelo DataSenado, informou Valter Pereira, a impunidade de criminosos é o tema que mais incomoda a sociedade.

A necessidade de modernizar o CPP para contemplar as novas tecnologias também foi destacada pelo presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais, Octavio

Brandão Caldas Netto, que pediu mais investimentos na polícia científica.

Juiz das garantias

Já o representante do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil, Wilmar da Costa Braga, ponderou que a instituição do novo CPP de um juiz das garantias, que seria encarregado de acompanhar a fase de investigação, sem poder para proferir a sentença, apenas criará mais uma instância recursal.

O desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Dorival Pavan, também questionou se o país está preparado para adotar a figura do juiz das garantias.

Comissão decidirá adesão da Venezuela ao Mercosul no dia 29

Líder do governo, Romero Jucá, vai apresentar voto em separado ao relatório de Tasso Jereissati, contrário ao ingresso do país vizinho

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidirá no dia 29 de outubro se aprova ou não a adesão da Venezuela ao Mercosul. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da comissão, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), depois que o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), solicitou vistas de parecer contrário à adesão, apresentado pelo relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Jucá elogiou o relatório, mas anunciou a intenção de elaborar um voto em separado – favorável à adesão da Venezuela –, que será debatido conjuntamente com o texto apresentado por Jereissati. O tempo de quatro semanas foi considerado suficiente por todos os membros da comissão para a análise

do tema. Como observou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a decisão a ser tomada – e que precisará ser submetida ao Plenário – terá “repercussão internacional”.

Embora senadores da base governista e da oposição tenham chegado a um acordo sobre o procedimento de votação, o debate promete ser intenso. Logo que Azeredo aceitar marcar a votação para o dia 29, a discussão deveria ser igualmente adiada. Mas o senador Pedro Simon (PMDB-RS) já tomou a iniciativa de abrir o debate, com uma apaixonada defesa do processo de integração da América do Sul.

Simon lamentou que o parecer do relator tenha dado maior ênfase a um relatório elaborado pela Organização

dos Estados Americanos (OEA) a respeito da situação dos direitos humanos na Venezuela. Em sua opinião, a OEA – que conta com a participação dos Estados Unidos – não teria interesse na integração da América do Sul. Por outro lado, observou, a presença da Venezuela no Mercosul seria a melhor maneira de garantir a preservação da democracia naquele país.

– Se o Senado fechar as portas à Venezuela, vai matar o Mercosul. Se a Venezuela entrar no Mercosul, a democracia ali será garantida, pois, caso contrário, o país será expulso do bloco – afirmou Simon.

Jereissati admitiu, durante a reunião, que tinha inicialmente intenção de apresentar um voto favorável à adesão

de Venezuela, embora com ressalvas. Um dos fatores que contribuíram para que mudasse de ideia, segundo relatou à comissão, foi o conteúdo do relatório da OEA, solicitado ao Ministério das Relações Exteriores pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e João Pedro (PT-AM), ambos da base do governo.

Heráclito Fortes (DEM-PI) elogiou a iniciativa dos dois senadores e disse que ambos prestaram um “grande serviço à democracia” na América do Sul. Ao anunciar seu pedido de vistas, Romero Jucá admitiu que existem muitas questões que “merecem resposta”. Por isso, pediu inicialmente duas semanas – e não apenas os cinco dias habituais – para apresentar seu voto em separado.



Jereissati afirma que governo venezuelano tem sido instrumento de divisão na América do Sul. Para Simon (E), ao lado de Jucá, Senado não pode “fechar as portas” do Mercosul para a Venezuela



Relator cita participação de Chávez no retorno de Zelaya a Honduras

O envolvimento do governo venezuelano no episódio do retorno a Honduras do presidente deposto Manuel Zelaya, que procurou abrigo na embaixada brasileira em Tegucigalpa, foi apontado pelo relator do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul, Tasso Jereissati, como um exemplo dos “problemas criados” pelo presidente Hugo Chávez no continente.

Na opinião do relator, a Venezuela tem sido um instrumento de divisão na América do Sul, apesar de defender publicamente a integração regional. Ele recordou que, segundo o governo brasileiro, todo o planejamento da viagem de Zelaya – aí incluída a escolha da embaixada brasileira como destino final – contou com a participação de Chávez.

“Se foi isso o que realmente ocorreu, mais uma vez Chávez é responsável por dificuldades e embaraço ao governo brasileiro”, diz Jereissati em seu relatório.

O parlamentar lembrou que existem atualmente diversos focos de instabilidade na América do Sul. Entre eles, o movimento pela autonomia de parte da Bolívia, o estímulo a sentimentos antibrasileiros no Paraguai, a crescente possibilidade de incursões em território brasileiro de guerrilheiros das

Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e até mesmo a adoção, pela Argentina, de medidas protecionistas que poderiam ser consideradas “a antítese” dos objetivos do Mercosul.

Conflitos

A questão que se coloca então, diz Jereissati em seu relatório, é como procederá Chávez em situações de potenciais conflitos. Ele recordou que o comportamento do presidente da Venezuela tem sido considerado “belicoso e provocativo”. E acrescenta: “Para muitos, há evidências de que se dedica a um projeto de poder que não coaduna com os interesses do Brasil e do Mercosul”.

No que se refere à política interna venezuelana, Jereissati diz que não há como ignorar a legitimidade das eleições que levaram Hugo Chávez ao poder. Ele adverte, porém, que não se pode dizer o mesmo em relação à legitimidade do processo eleitoral como um todo.

“Não obstante o argumento de que os governantes são passageiros e os Estados são permanentes, o que assistimos na Venezuela é um processo acelerado de desmonte das liberdades democráticas, objetivando a perpetuação do presidente Chávez no poder, de

militarização do país, de promoção de um projeto político-ideológico regional expansionista e de constante intervenção provocativa em assuntos internos de outros países”, conclui Tasso Jereissati.

Novos critérios

No voto em que se manifesta contra a adesão da Venezuela ao Mercosul, o relator também apresenta propostas para que, no futuro, em análises de ingresso de países no bloco, o Senado “não seja, novamente, constringido a examinar o projeto sem os elementos necessários para a devida instrução”.

Jereissati sugere que a CRE encaminhe à Mesa do Congresso projeto de resolução para regulamentar a tramitação de protocolos de adesão ao Mercosul.

A ideia do Senado é exigir que a mensagem que encaminha o protocolo ao Congresso Nacional inclua, entre outros documentos, um relatório dos impactos positivos e negativos, por setor econômico nacional, da adesão do novo membro ao bloco, além de uma avaliação geoestratégica da nova adesão e de um relatório elaborado pelo Observatório da Democracia do Mercosul com uma análise sobre a situação do país.

Governo pode pagar traslado de brasileiro morto no exterior

O governo federal terá de pagar o traslado de corpo de brasileiro falecido no exterior cuja família seja pobre. É o que determina projeto do senador Expedito Júnior (PSDB-RO) aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O texto final, com a incorporação de emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e da CRE, estabelece que “cabe à União, nos termos do regulamento desta lei, o custeio das despesas com o traslado do corpo de brasileiro falecido no exterior e integrante de família ‘hipossuficiente’ para a localidade, dentro do território nacional, solicitada pela família, incluindo despesas com embalsamento e urna zincada, entre outras indispensáveis à efetivação desse transporte”.

Emenda do relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), explicita que se considera família hipossuficiente “aquela constituída por pessoas cuja situação econômica não lhes permita pagar as despesas do traslado, sem prejuízo do sustento próprio ou de seus membros”.

Na justificativa do projeto, Expedito Júnior afirma que “o direito de manifestação do luto, de poder velar o corpo do ente falecido, de ter um lugar para visitar e chorar a saudade, está no texto constitucional e decorre do direito à vida com dignidade”. Por isso, segundo o senador, esse direito não pode ser negado às famílias pobres de brasileiros mortos no exterior.



Alvaro Dias elogia o relatório “abrangente” de Jereissati e apoia parecer contrário à adesão ao Mercosul

Alvaro aponta razões políticas contrárias à Venezuela no bloco

Alvaro Dias (PSDB-PR), em discurso no Plenário, manifestou apoio ao relatório do senador Tasso Jereissati, contrário à adesão da Venezuela ao Mercosul. Alvaro Dias disse que o relator estudou em profundidade o assunto e que seu voto foi elaborado após consulta a diversos especialistas e autoridades, entre eles o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O senador disse ainda que o relatório é abrangente e alcança todos os itens que devem ser considerados na decisão.

Alvaro Dias observou que, se o objetivo do Mercosul é o fortalecimento da integração latino-americana, resta saber se a Venezuela “integra ou desintegra ou se agrega ou desagrega” o bloco comercial.

– Essa é uma indagação que certamente presidirá a preocupação dos senadores na análise da proposta de inclusão da Venezuela no Mercosul – afirmou. O senador criticou a ligação do presidente venezuelano, Hugo Chávez, com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e disse que essa organização tem sido um grave problema para o Brasil. Também condenou o apoio de Chávez ao presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, com o “comprometimento” da embaixada brasileira em Tegucigalpa.

Alvaro Dias concluiu que, se há razões de natureza econômica que justifiquem a adesão, também há razões de natureza política que apontam no sentido contrário.

Casagrande sugere audiência com Jobim sobre compra de aviões

Renato Casagrande (PSB-ES) sugeriu em Plenário que o Congresso Nacional volte a ouvir o ministro da Defesa, Nelson Jobim, quanto às propostas de fornecimento de 36 aviões de combate à Força Aérea Brasileira (FAB), antes de se posicionar em relação ao tema. Na avaliação do senador, a decisão deverá estar embasada em critérios técnicos e na transparência, bem como levar em consideração a transferência de tecnologia e o incentivo aos setores envolvidos na construção desses equipamentos.

O senador também comentou discussão na CRE sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul. Ele ressaltou que o processo de construção democrática ainda



Senador pede decisão transparente e embasada em critérios técnicos

precisa ser fortalecido na Venezuela, bem como em outros países da América Latina, como Honduras e Colômbia, e que o Brasil, como líder político e econômico, “precisa ter cautela” em seus posicionamentos.

Roberto Cavalcanti defende Lula no caso da licitação dos caças

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) disse ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não cometeu nenhuma irregularidade ao revelar sua preferência pelos aviões caça franceses Rafale, enquanto a licitação para compra de 36 aviões para equipar a Força Aérea Brasileira ainda está em curso e longe de uma escolha definitiva.

– Com seu gesto, o presidente apenas expressou a preferência política por um país com o qual o Brasil tem vínculos culturais e de amizade de longa data, jamais pretendeu sinalizar ou adiantar qualquer resultado da concorrência, que obedecerá a rígidos critérios técnicos – afirmou. Roberto Cavalcanti observou



Para Cavalcanti, Brasil deve aproveitar para obter vantagens adicionais

ainda que, além da estrita observância ao devido processo legal, este é um momento extremamente favorável para que o Brasil amplie a base de negociação para obter vantagens adicionais.

Waldemir Rodrigues

Waldemir Rodrigues

Comissão de Relações Exteriores ouve argumentos de interessados em vender caças para a Força Aérea Brasileira



Svensson (E), da Saab, Jervell, secretário de Defesa sueco, e Azeredo

Suecos propõem parceria tecnológica

MAIS QUE TRANSFERÊNCIA de conhecimento, o desenvolvimento conjunto da tecnologia de fabricação de um novo avião de combate para o século 21. Essa foi a promessa apresentada ontem aos senadores da CRE e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) por representantes do governo sueco e da empresa Saab, fabricante dos caças Gripen NG e uma das concorrentes do processo de renovação da frota da Força Aérea Brasileira (FAB).

– Não estamos aqui para dizer a vocês o que é melhor para o Brasil. Talvez outros ofereçam a instalação de linhas de montagem de aviões no país. Nós não oferecemos isso, mas sim a oportunidade de desenvolvimento conjunto de aviões de combate do futuro – disse o secretário de Estado de Defesa da Suécia, Hakan Jervell.

O presidente mundial da Saab, Ake Svensson, assinalou que apenas um pequeno grupo de países é capaz de projetar e construir “caças do século 21”, entre os quais a própria Suécia e o Brasil, caso opte pelos caças Gripen NG, ainda em desenvolvimento. Ele propôs uma “parceria entre iguais” dos dois países e informou que a indústria brasileira poderia ser responsável pelo desenvolvimento de 40% do avião, além de exportá-lo para outros países da América Latina.

O presidente da comissão, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), ressaltou que a maior preocupação dos senadores é mesmo com a transferência de tecnologia para a futura produção de caças no país. Já existem aproximadamente 260 aviões Gripen em operação no mundo, segundo informou Svensson ao senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB). Mas são aviões de uma geração anterior.

O fato de o Gripen NG ter uma só turbina foi motivo de preocupação dos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Em resposta, Svensson recordou que um dos caças mais populares do mundo, o norte-americano F-16, também tem só um motor e que essa pode ser considerada uma tendência da indústria mundial. João Tenório (PSDB-AL) demonstrou preocupação com a possibilidade de os Estados Unidos criarem obstáculos à venda ao Brasil de componentes eletrônicos do caça sueco. Romeu Tuma (PTB-SP) e Augusto Botelho (PT-RR) manifestaram preocupações semelhantes.

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) defendeu o aprofundamento do debate sobre o tema com o ministro da Defesa, Nelson Jobim. Na opinião de Heráclito Fortes (DEM-PI), o Gripen NG seria a melhor opção para a indústria brasileira. Mas ele questionou se a concorrência para a compra dos aviões não seria um “jogo de cartas marcadas”.

Secretário sueco promete “desenvolvimento conjunto de aviões de combate do futuro”



Embaixador Pouillieute (E), almirante Guillaud, Azeredo e Flexa Ribeiro

Peças do Rafale serão fabricadas no Brasil

O ALMIRANTE EDOUARD Guillaud, chefe do estado-maior particular do presidente da França, Nicolas Sarkozy, garantiu a “transferência de tecnologia total, sem limite e sem restrição” – inclusive para desenvolvimentos futuros – dos aviões Rafale, um dos que disputam a licitação em curso pela Força Aérea Brasileira (FAB).

Guillaud afirmou aos senadores da CRE e da CCT que veio ao Brasil a pedido do presidente francês para expressar esse compromisso. A comissão também ouviu ontem Eric Trapier, vice-presidente da Dassault, fabricante dos Rafale. Eles estavam acompanhados do embaixador francês, Antoine Pouillieute.

O almirante Guillaud disse que a França detém todo o know-how da fabricação do Rafale, exceto o assento ejetável, cuja patente é britânica. Lembrou que, ao comprar um caça, seja de que fabricante for, o país define uma parceria estratégica.

– Um acordo de transferência de tecnologia se faz com confiança – afirmou, acrescentando que a vida operacional de um avião de combate varia de 35 a 40 anos.

O militar informou que seu país investiu 7 bilhões de euros para que a aeronave pudesse voar. Hoje os Rafale são operados pela Marinha e pela Força Aérea francesa, nas quais substituíram sete modelos de aviões utilizados em missões de reconhecimento, interceptação, bombardeio e estratégia.

Em resposta ao presidente da CCT, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o executivo da Dassault disse que sua companhia já está em discussão com 16 empresas brasileiras para fabricação de componentes do avião no Brasil – entre elas, a Embraer, da qual a Dassault detém 5% das ações. O maior problema é a fabricação de turbinas e equipamentos eletrônicos, já que a indústria brasileira não elabora peças com o nível de sofisticação exigido.

Já o almirante Guillaud disse que, no futuro, a França poderá ordenar a compra de peças de reposição do Rafale no Brasil, caso elas sejam oferecidas a um preço menor. O militar desqualificou o concorrente sueco Gripen, do fabricante Saab. Segundo ele, “o avião oferecido ao Brasil existe somente no papel”, enquanto o Rafale está em operação no Afeganistão, sendo utilizado pela Marinha da França desde 2004.

– Suas capacidades militares são comprovadas, verificáveis e garantidas pelo governo francês – afirmou o oficial.

O outro concorrente na licitação de caças para a FAB é o F18 Super Hornet, da americana Boeing, utilizado pelas Forças Armadas da Austrália e dos Estados Unidos.

Almirante francês garante “transferência total de tecnologia”, sem restrições

Comissão de Justiça debateu ontem proposta de emenda à Constituição do senador Antônio Carlos Valadares que exige diploma de Jornalismo para o exercício da profissão

José Cur



Edson Spenthof, Cezar Britto, Wellington Salgado, Sérgio Murillo de Andrade e Carlos Franciscato durante a audiência

Debatedores defendem na CCJ diploma de Jornalismo

A EXIGÊNCIA DO diploma de Jornalismo para o exercício da profissão foi defendida ontem por representantes da categoria em audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) acabou com a obrigatoriedade.

Tramita na comissão proposta de emenda à Constituição (PEC 33/09) do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) estabelecendo que o exercício da profissão é privativo do portador de diploma de curso superior de Comunicação, com habilitação em Jornalismo, expedido por curso reconhecido pelo Ministério da Educação.

Em defesa da proposta, o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Sérgio Murillo de Andrade, disse que não há contradição entre a exigência do diploma e a liberdade de expressão, um dos argumen-

tos na decisão do STF em 17 de junho. Do seu ponto de vista, trata-se de uma alegação injusta e confusa porque mistura trabalho técnico com o direito de expressar opinião. Opinião, disse ele, não é objeto do jornalismo, que, ressaltou, trabalha com informação jornalística e deve se distanciar o mais possível da opinião.

Foram convidados para a audiência, mas justificaram suas ausências, representantes da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e da Associação Nacional de Jornais (ANJ).

Excesso de poder

Para Edson Spenthof, presidente do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPPJ), a decisão do STF deu superpoderes às empresas na escolha dos profissionais que exercerão o jornalismo.

Carlos Franciscato, da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), disse que os votos dos ministros do STF fazem confusões conceituais, entre as quais a mistura entre jornalismo e literatura, liberdade de expressão e liberdade de imprensa.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, afirmou que a profissão tem que ser regulamentada e disciplinada para afastar os profissionais que não a exercem com dignidade.

De acordo com Antônio Carlos Valadares, a proposta de restaurar o diploma de jornalismo como requisito para o exercício da atividade é uma causa legítima.

O relator da proposta, Inácio Arruda (PCdoB-CE), considera que a formação específica para o exercício da atividade é indispensável.

Audiência aponta discriminação contra o negro no trabalho

O negro ainda sofre discriminação para ter acesso ao mercado de trabalho. Quando consegue um emprego, na maioria das vezes recebe salário abaixo da média, se comparado com o trabalhador branco, apesar de ter o mesmo nível de escolaridade.

A constatação foi feita em audiência pública realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que reuniu representantes de diversas entidades para debater a situação do negro no mercado de trabalho.

Mário Lisboa, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), reconheceu que o índice de desemprego é maior entre negros. Ele atribuiu esse fator à existência de racismo no Brasil, "que deve ser combatido sob pena de o país continuar sendo o campeão da desigualdade".

Já o ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos, apontou avanços na luta contra as desigualdades raciais e

na ascensão das minorias na pirâmide social brasileira. Ele disse que o governo vem formulando políticas públicas para reduzir a discriminação, "dialogando com todos os segmentos, incluindo os corporativos, para que se produza a promoção da igualdade racial".

Mesma posição otimista foi manifestada pelo senador Paulo Paim (PT-RS). Ele destacou os mecanismos para reduzir a discriminação no país, a exemplo do PLS 285/06, de sua autoria, que autoriza o Executivo a instituir programa de inclusão social de grupos discriminados.

Autor do requerimento para realização da audiência, Paim, no entanto, reconheceu que a população negra ainda sofre discriminação, principalmente no mercado de trabalho.

O senador José Nery (PSOL-PA) observou que a reunião serviu para ampliar a proposta de inclusão social para a população negra brasileira, com destaque ao pleno acesso ao mercado de trabalho.



Mário Lisboa Theodoro (E), do Ipea, senador Paulo Paim e ministro Edson Santos

Procurador-geral do Trabalho reconhece que há exclusão

O procurador-geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT), Otávio Brito Lopes, reconheceu a existência de exclusão do negro no mercado do trabalho. Ele informou que o trabalhador negro, comparado com o branco, ocupa cargos intermediários com nível salarial abaixo da média, apesar de possuir a mesma escolaridade. Segundo Lopes, essa realidade ocorre principalmente no setor supermercadista.

Representante da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Mário Sérgio Fernandes disse que apenas 19% dos funcionários que trabalham nos bancos brasileiros são negros.

Alberto Borges de Araújo,

da Confederação Nacional da Indústria (CNI), garantiu que a entidade que representa vem realizando ações para erradicar a discriminação.

Já frei David Santos, coordenador da Rede Pré-Vestibulares Comunitários e Educação para Afrodescendentes e Carentes (Educafro), defendeu a ampliação do diálogo com entidades corporativas para aprofundar as metas de inclusão social.

Cida Bento, do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, e Roberto Lopes, da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), também tomaram parte dos debates na CDH.

PEC prevê formação específica para a profissão

A Proposta de Emenda à Constituição 33/09, debatida ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, exige o diploma de curso superior de Comunicação, com habilitação em Jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista. A exigência, entretanto, não se aplica ao colaborador, definido como aquele que, sem relação de emprego, produz trabalho de natureza técnica, científica ou cultural para ser divulgado

com o nome e a qualificação do autor. O diploma também é dispensado para os jornalistas provisionados que já tenham obtido registro profissional regular no Ministério do Trabalho e Emprego.

A proposta foi apresentada depois que o Supremo Tribunal Federal, em 17 de junho último, decidiu que é inconstitucional a exigência do diploma de jornalismo e registro profissional no Ministério do Trabalho e Emprego como

condição para o exercício da profissão.

Na justificativa da PEC, Valadares afirma que a decisão do Supremo levaria à rápida desqualificação do corpo de profissionais da imprensa.

O senador observa que a principal atividade do jornalista é "a apuração criteriosa de fatos, transmitidos à população segundo critérios éticos e técnicas específicas", o que exige estudo e profissionalismo.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Mão Santa • Paulo Paim

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Maciel defende criação de fundo emergencial para os municípios

A criação do Fundo de Assistência Financeira Emergencial aos Municípios (Fafem) foi defendida por Marco Maciel (DEM-PE). O senador anunciou que está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de sua autoria que autoriza o Executivo a tomar a medida.

O objetivo da proposta, destacou, é compensar as perdas nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) que venham a ocorrer no período de 2009 a 2011.

Marco Maciel lembrou que, para minimizar os impactos da crise financeira internacional, o governo federal reduziu o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o que provocou a queda dos repasses do FPM, formado também pelos recursos arrecadados com o IPI. A medida, disse o senador, reduziu a receita dos municípios, que permaneceram com os mesmos ou maiores encargos. Como exemplo, ele informou que, em agosto de 2009, foram destinados 23%



Marco Maciel diz que o país precisa distribuir melhor seus recursos

menos recursos aos municípios pernambucanos do que no mesmo período em 2008.

Com a finalidade de garantir que os municípios não sejam prejudicados, a proposta (PLC 137/09) prevê acompanhamento das perdas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo o senador, o país só alcançará um desenvolvimento mais homogêneo "quando houver uma melhor distribuição dos recursos, hoje centralizados pela União".

Lúcia Vânia propõe ao governo a incorporação do Peti ao Pronasci

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) propôs ao governo federal a incorporação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

O Pronasci, criado pela Lei 11.530/07, surgiu da necessidade de se propor estratégias integradas, envolvendo as áreas de segurança, saúde, educação e trabalho, para garantir a segurança pública.

Já o Peti foi lançado em 1996, durante o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, como forma de buscar evitar as restrições que o trabalho infantil acarreta ao desenvolvimento social e econômico.

Na opinião de Lúcia Vânia, o atendimento desde a pré-adolescência implicaria uma "verdadeira formação cidadã", devido ao fato de, segundo estudos psicopedagógicos, a maior parte da formação da criança ocorrer sobretudo durante a pré-adolescência.

A senadora chamou a atenção para a possibilidade de



Para Lúcia Vânia, união de programas pode ajudar a afastar jovens do crime

a incorporação aumentar a escolaridade de adolescentes infratores. Atualmente, apenas 3,96% dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa concluíram o ensino fundamental.

– A idade mínima do jovem atendido pelo Pronasci atualmente é de 15 anos. Caso seja incorporado o Peti, vamos atender a faixa etária de 7 a 14 anos, o que é bastante significativo na prevenção – afirmou.

Em aparte, José Nery (PSOL-PA) manifestou seu apoio ao pronunciamento.

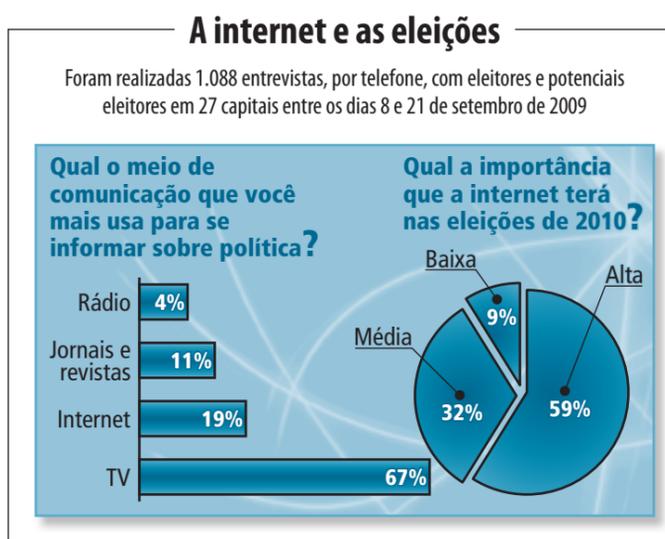
Dois em cada três entrevistados pelo DataSenado consideram que a rede mundial terá grande impacto nas próximas eleições, ao lado da TV, a principal fonte de informação

Pesquisa: TV e internet serão destaque nas eleições de 2010

AO LADO DA televisão, a internet será a grande estrela nas eleições gerais brasileiras de 2010. Pesquisa nacional do DataSenado ouviu, por telefone, 1.088 eleitores, distribuídos pelas 27 capitais. O levantamento mostrou que a internet já é o segundo meio de comunicação mais usado pelo cidadão para informar-se sobre política, atrás apenas da TV.

Dois em cada três (59%) entrevistados consideram que a rede mundial terá grande impacto no próximo pleito, sendo que entre os cidadãos que usam regularmente sites de notícias e participam de redes sociais (Orkut e Twitter, por exemplo), esse percentual sobe para 64%.

O levantamento do DataSenado buscou, ainda, avaliar a importância relativa dos meios de comunicação no esforço do cidadão para informar-se sobre questões políticas. A TV foi, de longe, o veículo mais usado (67%). Mas a internet apareceu em segundo lugar, com 19%. O segmento "jornais e revistas" surgiu em terceiro, com 11%. A mídia rádio é preferida por



Fonte: A internet e as eleições brasileiras - DataSenado

apenas 4% dos entrevistados.

Quase metade dos eleitores ouvidos (46%) acredita que a principal vantagem da internet nas eleições será a troca de informações e ideias entre os eleitores. A possibilidade de facilitar a comunicação entre candidatos e eleitores aparece em segundo lugar, com 28%, o mesmo percentual dos que responderam "divulgar as propostas dos candidatos".

Os entrevistados que disseram

usar a internet diariamente somaram 58%; 78% acessam sites de notícias e 53% participam de alguma rede social, como Orkut ou Twitter.

Conforme o DataSenado, algumas características da internet explicam sua importância. Uma é o fato de ela oferecer informação em tempo real, com vantagem adicional em relação ao rádio e à TV graças à possibilidade de recuperação de notícias e opiniões.

Flávio Arns anuncia filiação ao PSDB

Flávio Arns (PR) anunciou ontem a sua filiação ao PSDB, partido ao qual pertencia antes de ingressar no PT, em 2001. O senador pediu afastamento do PT por discordar do posicionamento petista pelo arquivamento dos processos contra José Sarney (PMDB-AP) no Conselho de Ética, este ano.

Arns disse não temer que o Partido dos Trabalhadores recorra ao Tribunal Superior Eleitoral para manter o mandato, e esclareceu que deixou a legenda "não em função de uma infidelidade minha ao partido, mas sim pela falta de fidelidade do partido aos seus ideários, seus princípios e sua filosofia". O senador salientou ainda que sua eleição deve-se também ao trabalho dos movimentos sociais, que no Paraná se engajaram na sua campanha. Arns disse ter sido convidado "por quase todos os partidos".



Flávio Arns

Mão Santa elogia o PSC, seu novo partido

Mão Santa (PSC-PI) elogiou ontem o PSC, partido ao qual se filiou depois de sair do PMDB, afirmando que a nova legenda, que tem como slogan "fé, ética e democracia" e como programa "a promoção do homem", é de "origem muito pura".

– Quero dizer que vim para este partido para ficar – afirmou o senador, acrescentando que, embora o partido seja pequeno em seu estado, o Piauí, é possível torná-lo grande.

Mão Santa comentou sua saída do PMDB, dizendo que o partido "não é mais aquele". O senador citou os nomes dos políticos que participaram da construção do partido ou o integraram, como Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela e Tancredo Neves, e disse que o PMDB "foi cooptado pelo governo, pelo PT".



Mão Santa



Gim Argello, Mão Santa e Jaldo de Souza Santos (D), durante sessão especial

Em homenagem, senadores ressaltam importância do trabalho dos farmacêuticos

O Senado realizou ontem sessão em homenagem aos farmacêuticos. A solenidade foi requerida por Gim Argello (PTB-DF), que ressaltou a importância da atividade para a humanização do atendimento à saúde.

A sessão foi presidida por Mão Santa (PSC-PI), que abriu os trabalhos lendo mensagem do presidente do Senado, José Sarney: "Mesmo antes do descobrimento do Brasil, os pajés indígenas já usavam plantas para curar os doentes, mas o divisor de águas foi 1940, quando teve grande impulso a profissão e sua missão de salvar vidas. Hoje existem 123 mil farmacêuticos

no país que trabalham lado a lado com os médicos, numa harmonia que traz grandes benefícios à população brasileira", frisou Sarney.

Paulo Duque (PMDB-RJ) também ressaltou a importância da atividade de farmacêutico e lembrou que em seu estado estão sediadas filiais brasileiras dos maiores laboratórios do mundo, garantindo mercado de trabalho para esses profissionais.

Participaram da solenidade a vice-presidente da Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais, Aline Coppola, e o presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos.

Tuma pede investimentos para recuperar o Tietê



Romeu Tuma

Romeu Tuma (PTB-SP) disse ontem que tentará reunir todos os prefeitos das cidades paulistas que margeiam o rio Tietê, com o objetivo de discutir alternativas de investimentos para a recuperação do rio. O senador lamentou a situação em que se encontra o Tietê, devido à falta de oxigenação e à poluição que o transformaram em um esgoto a céu aberto. Segundo ele, nunca se viu, efetivamente, nenhuma atitude do poder público no sentido de recuperar o rio. “As possibilidades de cura” do Tietê, disse, são diretamente proporcionais a um esforço conjunto dos poderes públicos.

– O Tietê merece esta atenção, quando menos em respeito à sua história e ao tanto que ainda pode dar ao país – afirmou.

Serys exalta ações de preservação em Marcelândia



Serys Silhessarenko

Serys Silhessarenko (PT-MT) relatou experiência “exitosa” vivida em Marcelândia (MT), que está usando a criatividade para recuperar o meio ambiente e planejar o futuro da comunidade. O município, de 20 mil habitantes, enfrenta sua pior crise, disse a senadora, em razão do fechamento de 70% das madeiras da região, sua principal atividade, após ações recentes de combate à atividade predatória realizadas pelo Ibama e pela Polícia Federal. A ação acabou gerando grave desemprego. Para enfrentar a crise, no entanto, a administração municipal vem desenvolvendo um importante projeto de preservação ambiental com a recuperação de áreas degradadas, envolvendo proprietários rurais, técnicos, estudantes e moradores da cidade.

“Alimentação é um direito fundamental”

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) cobrou da Câmara dos Deputados a votação de proposta de sua autoria que inclui, entre os direitos fundamentais garantidos pela Constituição, o direito à alimentação.

A proposta (PEC 47/03) tramita há seis anos na Câmara e, caso seja aprovada, o direito à alimentação ainda deverá ser assegurado por instrumentos legais infraconstitucionais. O Estado deverá apoiar a produção, comercialização e abastecimento de alimentos, a utilização sustentável dos recursos naturais, a promoção de práticas de boa alimentação por meio de programas educacionais, a distribuição de água e alimentos em situações de crise e a garantia da qualidade biológica e nutricional dos gêneros alimentícios.

– Temos que fazer avançar a PEC 47. Esperamos que seja votada e aprovada antes do próximo Dia da Alimentação Mundial, 16 de outubro. Seria uma vitória da democracia e da cidadania, uma vitória da ideia humanitária que coloca o alimento muito mais como um direito social do que como uma mercadoria – afirmou o senador.

Valadares disse que vê como um avanço as leis orgânicas da Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mas observou que é preciso ir além. Ele assinalou que a política social tem que ser permanente e o combate à fome não pode depender de um ou outro governo.

– Temos que construir um verdadeiro Estado do bem-estar social, sólido e com abrangência nacional, que abarque desde cada capital até o último município do alto sertão. Democracia e cidadania podem virar termos vazios sem a segurança alimentar – observou.



“Política social e combate à fome têm de ser permanentes”, diz Valadares

Comissão debate incentivo a fontes alternativas de energia

Projeto de Collor instituindo regime especial de tributação para empresas que produzem ou consomem energia limpa e renovável recebeu apoio de Goellner, relator na CI

PROPOSTA QUE INSTITUI o Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Reinfa) e estabelece medidas de estímulo à produção e ao consumo de energia limpa foi discutida ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Pelo projeto (PLS 311/09), que deverá ser votado na próxima reunião da comissão, poderão se beneficiar empresas que trabalham com geração de energia elétrica de fonte eólica, solar e marítima, ou que exercem atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos utilizados na geração desse tipo de energia, ou de novas tecnologias ou materiais de armazenamento de energia. Empresas que lidam com produção de veículos traçados por motor elétrico, híbridos ou não, também poderão ter acesso ao benefício. O Reinfa prevê isenção das contribuições para o PIS/Pasep e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a sua receita bruta, e ainda do Imposto de Importação incidente sobre os bens, sem similar nacional, necessários às atividades desenvolvidas pelos



Collor: alto custo do empreendimento limita exploração do potencial

empresários.

Para o autor da proposta, Fernando Collor (PTB-AL), o que limita a exploração do potencial de fontes limpas e renováveis é o alto custo do empreendimento, se comparado aos convencionais, como as hidrelétricas e termelétricas, por isso o incentivo.

O relator, Gilberto Goellner (DEM-MT), sugeriu a inclusão, entre as empresas beneficiárias, das pessoas jurídicas que exercem pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos utilizados na geração de energia por biomassa ou por pequenas centrais hidrelétricas.

O relator também propõe a isenção do PIS/Pasep e da Co-



Goellner apresentou sugestões para aprimoramento do texto

fins sobre bens adquiridos no mercado interno e o aviso desta inexigibilidade nas notas fiscais. A exigência do índice mínimo de 60% de nacionalização dos equipamentos, quando aplicável, como condição para adesão ao benefício, e a determinação para que a energia elétrica gerada a partir das fontes de energia elétrica de fonte eólica, solar e marítima (dependentes de variações climáticas) prevejam mecanismos de realocação de energia também estão sendo incluídas por meio de emendas.

Se aprovado pela CI, o projeto será ainda votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Mais informações sobre combustíveis nos postos

A CI também discutiu projeto que obriga os revendedores de combustíveis a disponibilizar, em local visível, informações detalhadas e atualizadas sobre a composição dos preços de venda por eles praticados, com relação a cada tipo de combustível ofertado aos consumidores.

O projeto (PLS 195/09) tem o objetivo, segundo o autor, Raimundo Colombo (DEM-SC), de proporcionar aos consumidores mecanismos para fiscalizar, aferindo práticas de manipulação conjunta de preços e de formação de cartel por postos de revenda de combustíveis.

Para o relator, João Durval (PDT-BA), a publicidade dessas informações trará mais transparência ao mercado, “de modo que as empresas do setor e as autoridades de Defesa da Concorrência e da Agência Nacional do Petróleo (ANP) possam ser mais facilmente questionadas quanto a eventuais práticas consideradas abusivas ou anticoncorrenciais”.

Para Paulo Duque (PMDB-RJ), será mais difícil que as medidas atinjam o objetivo proposto em cidades pequenas, as quais, muitas vezes, têm um só posto de revenda de combustível.

Além da votação na CI, o projeto ainda será votado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa.

Tratado sobre Itaipu será tema de audiência na CI

A Comissão de Infraestrutura aprovou a realização de audiência pública para que os ministros de Minas e Energia, Edison Lobão, e das Relações Exteriores, Celso Amorim, prestem esclarecimentos sobre as condições em que o governo brasileiro renegociou com o Paraguai o tratado da usina hidrelétrica de Itaipu.

Em seu requerimento, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) diz que o governo nega que as mudanças irão acarretar prejuízos aos consumidores e ao interesse nacional, mas técnicos da área afirmam que o reajuste feito encarecerá a energia do consumidor brasileiro, além de poder oferecer dano ao setor elétrico e à Eletrobrás.

– Estamos só esperando a confirmação da agenda dos ministros para marcar a data da audiência – explicou o senador, lembrando que o requerimento também foi aprovado nas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania, que promoverão a audiência em conjunto com a CI.

Na opinião de Eliseu Resende (DEM-MG), que já foi ministro de Minas e Energia, a renegociação não deveria ter sido feita, já que na construção de Itaipu somente o Brasil arcou com as despesas de investimento e de empréstimo externo, e o Paraguai foi beneficiado somente porque divide, com o Brasil, o rio Paraguai.

Nery apoia marcha contra manicômios

A Marcha dos Usuários pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial recebeu apoio de José Nery (PSOL-PA). O evento reuniu em Brasília, na quarta-feira, usuários dos serviços de atenção à saúde mental, familiares e profissionais da área de vários estados. A marcha foi organizada pela Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (Renila), com o apoio do Conselho Federal de Psicologia.

De acordo com o senador, os manifestantes exigem o cumprimento definitivo da Lei da Reforma Psiquiátrica (10.216/01), que concretizou no Brasil debates realizados em todo o mundo desde o final da década de 70 por uma alternativa ao hospital psiquiátrico. Eles também solicitaram, informou Nery, a oferta pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de uma estrutura que propicie ao portador de transtornos mentais as melhores condições de atendimento, com serviços substitutivos que potencializem a inclusão e a cidadania. O senador disse apoiar a tese de que os usuários são os mais aptos a indicar o modelo de assistência mais adequado ao tratamento de seus transtornos.

– É preocupante que a Reforma Psiquiátrica não se concretize porque velhos setores, interessados em lucrar com internações e com recursos condenáveis do ponto de vista dos direitos humanos e da medicina moderna, ainda demonstrem força para limitar sua implantação e seus efeitos práticos – lamentou Nery.

O senador ainda criticou a falta de investimentos na expansão e na melhoria da rede assistencial e a “falta de coragem para enterrar em definitivo a relação de compra e venda de serviços enganosos e práticas desumanas e danosas à saúde e à dignidade dos portadores de sofrimento mental”, como o uso de eletrochoques, de psicofármacos e de psicocirurgias.



Nery condena práticas “desumanas” como eletrochoques e psicocirurgias